

A - MEMÓRIA DESCRITIVA TIPO

1. DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO

Neste ponto deverá ser definida, de forma clara e tão concisa quanto possível a designação da operação (até 20 palavras)

A designação da operação funcionará para, em complemento com o código da operação (atribuído automaticamente) para ajudar a identificar a operação, bem como a facilitar a comunicação informal sobre a operação.

2. DESCRIÇÃO DO(S) ORGANISMO(S) BENEFICIÁRIOS

Neste ponto deverão ser descritas as competências e atribuições do organismo promotor no geral, e enquadrar ao nível de que competências é proposta a candidatura.

No caso de operações em parceria, este enquadramento deverá ser alargado aos restantes parceiros beneficiários e deverá ser evidenciado qual o papel que cada parceiro desempenhará no projeto e como é que se interrelacionam entre eles.

Deverá igualmente ser disponibilizada a lista de parceiros externos que colaboram no projeto, nomeadamente as unidades de investigação científica, empresas e outras entidades públicas.

Poderá ter uma descrição ao nível estratégico que inclui a Missão, Visão e Objetivos Estratégicos.

3. DIAGNÓSTICO

3.1. FASES A DESENVOLVER

A operação implica a implementação da Fase A, devendo ser indicado caso se pretendam candidatar ao financiamento da implementação da Fase B.

Fases de implementação	S/N
A. Desenho do Modelo e Prototipagem (não inclui atividade 6)	
B. Implementação do Modelo	

3.2. DIAGNÓSTICO

- **Descrição da situação atual e das necessidades a suprir**

Descrição dos atuais processos internos e formas de prestação de serviço aos cidadãos e às empresas que vão ser objeto de transformação, identificação das necessidades de transformação e descrição da forma como o projeto poderá suprir essas necessidades.

4. CARATERIZAÇÃO DA OPERAÇÃO

4.1. OBJETIVOS GERAIS

Considerando a situação atual, a operação visa atingir os seguintes objetivos:

- a)
- b)
- ...

4.2. INFORMAÇÃO TÉCNICA DETALHADA

Referir nomeadamente:

- Fontes e tipos de dados a tratar, processo de obtenção dos mesmos
- Técnicas de análise e modelos que serão aplicados,
- Produtos e resultados do projeto, bem como respetivos impactos esperados;
- ...

4.3. IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E TÉCNICOS ENVOLVIDOS

- **Equipa de projeto**

Deverá ser indicado o n.º de elementos internos e externos ao organismo que integrarão a equipa de projeto, indicando o seu perfil, as suas competências e as responsabilidades quer na fase de execução da operação como de exploração. A equipa deverá integrar elementos com perfil técnico e com perfil funcional, considerando as componentes englobadas na implementação da operação.

Deverá ser identificado um ponto focal na entidade, que articulará nas questões relacionadas com a implementação da operação.

- Meios Técnicos

Descrição da infraestrutura tecnológica já existente e envolvida na operação e necessidades adicionais de aquisição, devidamente fundamentadas.

4.4. CONDIÇÕES DE ALINHAMENTO TECNOLÓGICO

No caso da implementação da fase B deverá ser evidenciado o cumprimento ou a não aplicabilidade das condições específicas previstas no Ponto 6.2 do Aviso.

4.5. ATIVIDADES, INVESTIMENTO, CRONOGRAMA E RESULTADOS

4.5.1. MAPA DE CUSTOS ESTRUTURADO POR ATIVIDADES

Estimativa detalhada dos custos do projeto e um cronograma de execução das atividades previstas, considerando as atividades macro que constam do Aviso (adicionalmente poderão ser consideradas outras):

Atividades e investimento	Calendarização		Investimento	
	Data de início	Data de fim	Valor a candidatar	Custos de manutenção / APV
1 - Caracterização do problema, dos objetivos e do impacto esperado				
2 - Aquisição (se necessário) e Preparação de dados				
3 - Implementação do(s) modelo(s) de análise e processamento (ciência dos dados e inteligência artificial)				
4 - Prototipagem do sistema de implementação do(s) modelo(s)				
5 - Testes de funcionalidade do protótipo				
6 - Implementação do(s) modelo(s) em ambiente real (Fase B)				
7 - Apresentação de Resultados e Divulgação				

4.5.2. RESULTADOS ESPERADOS E CALENDÁRIO DE CADA ATIVIDADE DA OPERAÇÃO

Identificação dos resultados previstos com a realização de cada atividade, bem como indicada a data em que serão obtidos, a qual deverá estar compreendida no período de realização da atividade.

Fundamentação da calendarização estabelecida para cada atividade.

4.5.3. PLANO DE COMUNICAÇÃO/DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL (INTERNA E EXTERNA) DO SERVIÇO A IMPLEMENTAR

Deverá ser apresentado o plano detalhado.

4.6. DISPOSIÇÕES LEGAIS, PARECERES PRÉVIOS E NORMAS TÉCNICAS

Identificação das disposições legais aplicáveis ao arranque da operação, designadamente em matéria de licenciamentos e autorizações prévias, bem como a forma como serão implementados os princípios orientadores e normas técnicas que lhes sejam aplicáveis, tendo particularmente em conta a sua adequação e contributo para a prossecução das prioridades nacionais estabelecidas em matéria de modernização administrativa e/ou administração eletrónica.

Especificar como são salvaguardadas as seguintes temáticas:

4.6.1. ÉTICA

Deve ser incluída uma análise de eventuais questões éticas associadas ao projeto, nomeadamente no que diz respeito ao recurso a técnicas de ciência dos dados e inteligência artificial.

4.6.2. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Deve ser incluída uma análise sobre como será assegurado o cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

5. IMPACTO E MÉRITO DA OPERAÇÃO

5.1. IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS

Explicitação dos impactos e resultados esperados com a implementação da Operação, designadamente ao nível:

- **Interno à entidade** - demonstrando as transformações qualitativas esperadas nas funções regulares do beneficiário, em termos da eficiência e eficácia dos serviços;
- **Externo à Entidade mas interno à Administração Pública** - demonstrando o contributo para a melhoria global da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos e o potencial de demonstração e de disseminação dos resultados para outras entidades públicas;

- **Externo** - demonstrando as melhorias esperadas na qualidade e eficácia do atendimento aos cidadãos e empresas.

5.2. INDICADORES DO PROGRAMA - OBSERVAÇÕES

Observações relativas aos pressupostos, fontes de informação e bases de cálculo para as metas estabelecidas pelo(s) promotor(es) para os indicadores do Programa.

5.3. INDICADORES RELEVANTES NA PERSPETIVA DO BENEFICIÁRIO/ OPERAÇÃO

Tópico de preenchimento facultativo. Identificação e quantificação de outros indicadores que, na perspetiva do beneficiário, sintetizam os resultados que se pretende atingir com a realização da operação.

5.4. POPULAÇÃO-ALVO DA OPERAÇÃO

5.4.1. CARATERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO-ALVO

Preenchimento do quadro e explicação obrigatória dos pressupostos

Nº	População	Unidade	Pré-Operação	Pós-Operação
1	População servida pela(s) entidade(s) - no concelho, na NUTS II ou no país	Nº		
2	População servida pela operação	Nº		

5.4.2. DEMONSTRAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DIRETOS SOBRE AS REGIÕES DE CONVERGÊNCIA

Demonstração dos benefícios diretos sobre a população localizada nas regiões NUTS II do Norte, Centro e Alentejo (Regiões de Convergência), designadamente ao nível da redução dos custos de contexto para os cidadãos e as empresas [Quando aplicável, no caso de investimentos nas regiões NUTS II de Lisboa e Algarve, apenas elegíveis nos termos do n.º 7 do artigo 89.º do RECI]

Justificação dos efeitos diretos sobre as regiões NUTS II de Convergência e sobre a economia nacional, dos investimentos, quando realizados nas regiões NUTS II de não Convergência (Lisboa e Algarve), por entidades beneficiárias exclusivamente de âmbito nacional, com observância dos requisitos estabelecidos no n.º 7 do artigo 89.º do RECI e no n.º 3 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro. Demonstrar, designadamente, que a operação tem natureza de intervenção sistémica e territorialmente abrangente, que visa alcançar resultados diretos sobre a população das Regiões de Convergência e que promove a disponibilização e/ou acesso a serviços nas regiões menos desenvolvidas (Norte, Centro, Alentejo), e/ou que reduz com relevância a necessidade de deslocação dos habitantes destas regiões para aceder aos serviços que integram a oferta da entidade beneficiária.

B - ANÁLISE CUSTO-BENEFÍCIO

1. SUSTENTABILIDADE DA OPERAÇÃO NO PERÍODO PÓS-FINANCIAMENTO

Deverá ser descrito que condições existem ou serão criadas para que após o financiamento o projeto seja sustentável, quer financeiramente, quer ao nível de Recursos Humanos, e como serão incorporados os resultados da operação na atividade regular do organismo.

2. ANÁLISE CUSTO-BENEFÍCIO

- Custos detalhados de implementação e de exploração a 3 anos
- Benefícios financeiros estimados a 3 anos, incluindo poupanças estimadas, redução de custos de operação, a título de exemplo:
 - Acréscimo de Receitas (Cobrança de novo serviço; Incremento do preço atual; Outros)
 - Diminuição dos Custos operacionais (Equipamentos/ Hardware; Software; Serviços externos; Outros)
 - Poupança de Custos com Pessoal
 - Poupança para os Cidadãos (N° Cidadãos envolvidos x Valor médio hora/ cidadão x N° Interações anuais x Horas poupadas por transação)
- Benefícios não financeiros (Benefícios para os colaboradores: Impacto no clima organizacional; Benefícios para os cidadãos: Impacto no prazo de entrega; Impacto no prazo de resposta; Impacto na disponibilidade do serviço)
- Apresentação de Rácios Financeiros
- Análise de Risco - Risco Organizacional, Tecnológico e de Implementação/ Exploração
- Exploração de cenários alternativos